Os Intelectuais Orgânicos da Associação Brasileira do Agronegócio

Introdução

Neste artigo o autor analisou o esforço da Associação Brasileira do Agronegócio (ABAG) para a obtenção da hegemonia, tanto entre a própria classe dominante, quanto em relação, sobretudo, à classe dominada. O objetivo do trabalho foi examinar como a ABAG articulou a formação de seus intelectuais orgânicos ao projeto de hegemonia, visando responder a indagação sobre a atuação da ABAG como um partido do estado maior do capital na atual configuração do bloco histórico dominante.

A partir deste trabalho o autor buscou compreender os nexos entre Educação, Classes Sociais e Estado, em seu sentido integral, ou seja, incorporando tanto a Sociedade Política, mas de forma destacada, a Sociedade Civil e seus intelectuais, individuais e coletivos. Foi realizada pesquisa que constituiu no levantamento de documentos produzidos pela ABAG, através de seus informativos, cartilhas, artigos e vídeos. A pesquisa realizou também investigação sobre o Programa Educacional Agronegócio na Escola, organizado pela ABAG em dezenas de Redes Municipais de Educação do estado de São Paulo, através do levantamento de documentos e materiais sobre a ação pedagógica e entrevistas com diferentes sujeitos envolvidos.

A pesquisa concluiu que a ABAG cumpre no período recente o papel de partido do Agronegócio. Ao longo das últimas décadas a associação conseguiu realizar a unidade entre algumas das principais frações do capital associadas ao Agronegócio, realizando um duplo trabalho na formação de diferentes níveis de intelectuais orgânicos, capaz, tanto de inserir seus interesses no interior de Conselhos, Comissões e Ministérios, quanto assimilar os professores da escola pública na região estratégica de Ribeirão Preto (SP).

1. O Partido do agronegócio e a luta pela hegemonia

> **“**Evidentemente, será necessário levar em conta o grupo social do qual o partido é expressão e a parte mais avançada: ou seja, a história de um partido não poderá deixar de ser a história de um grupo social. ”
> (Gramsci, 2000, V.3 p. 87)

Na década de 1980, a crise de hegemonia na classe dominante no Brasil foi desencadeada, por um lado, pela crise da representação e, por outro, pela correlação de

forças em relação a classe trabalhadora. No campo brasileiro esta crise de representação tem sua origem nas transformações oriundas do processo de segmentação da agricultura brasileira. Esta segmentação não operou mudanças apenas na base técnica da produção agrícola. Segundo Sônia Mendonça (2010), dois desdobramentos "não-econômicos" resultaram deste processo: "a emergência de novas posições sociais" e a "redefinição dos papéis desempenhados. " (Ibidem, p.26) Este foi o contexto da difusão de inúmeras organizações, entre cooperativas e associações: Associação Brasileira dos Criadores de Zebu (ABCZ), Associação Nacional de Defesa Vegetal (ANDEF), Associação Nacional dos Exportadores de Sucos Cítricos (CitrusBR) e dezenas de grandes cooperativas representadas pela Organização das Cooperativas do Brasil (OCB). Neste contexto, o patronato rural se reorganizou também, assumindo novas formas, discurso e sujeitos, muitos dos quais representantes do capital industrial e financeiro. Entretanto, se por um lado a representação patronal estava muito fracionada, por outro a organização política deste patronato ainda estava longe de empreender alianças com outras frações da classe dominante. Isto só seria superado na década de 1990, quando a Associação Brasileira do Agronegócio (ABAG) conseguiu reunir todas as frações que "direta ou indiretamente encontram-se envolvidos com a atividade agroindustrial." (Bruno, 1998, p.36)

A OCB foi fundada em 1969 por lideranças cooperativas de diferentes ramos da atividade econômica e distintas regiões de todo o país. Segundo Mendonça (2010), a parti da análise sobre a composição de seus quadros dirigentes, é possível afirmar que o empresariado agrário sempre foi a fração mais expressiva representada no interior da entidade. A criação desta agência da sociedade civil resultou da demanda de suas bases sociais por uma representação nacional. Neste aspecto, a entidade reuniu, desde sua origem, grandes cooperativas como a Cooperativa Central dos Produtores de Leite do Rio de Janeiro, liderada por Alfredo Lopes Martins Junior, diretor da OCB entre 1979 e 1983; Cooperativa dos Produtores Rurais de Minas Gerais, representada por José Pereira Campos (presidente da OCB entre 1979 e 1983). Além disto a entidade manteve sempre uma relação de grande proximidade com a SRB, através de Ney Araújo Bittencourt de Araújo, diretor do Departamento de Insumos Modernos da SRB, entre 1981 e 1983, e Roberto Rodrigues, diretor da Política Cafeeira da SRB, entre 1984 e 1986.

Nas duas primeiras décadas de existência, a OCB adotou três estratégias discursivas. A primeira consistiu em difundir a suposta associação entre cooperativismo, democracia e igualitarismo; a segunda era sua autoproclamação como entidade não capitalista e, consequentemente, a alegada distribuição dos ganhos entre os cooperados a partir de seu trabalho, e não pelo seu capital. (Mendonça, 2012) Estas estratégias transformaram o cooperativismo na negação do conflito social. Esta ideologia do cooperativismo conquistou grande legitimidade diante do enfrentamento liderado por seu intelectual orgânico, Roberto Rodrigues, contra a União Democrática Ruralista (UDR) que, organizada por seu maior dirigente, o deputado Ronaldo Caiado, realizou os principais embates políticos no processo de aprovação do I Plano Nacional de Reforma Agrária, durante o governo do presidente José Sarney (1985-1989). Neste período, a OCB demandava destacadamente: autogestão, ampliação dos créditos subsidiado por um banco a ser criado e maiores investimentos na produção de tecnologia agropecuária. (Mendonça, 2006)

A capacidade de articulação da OCB incluiu, ao longo de sua trajetória, a aliança com entidades estrangeiras, como a International Cooperative Association (ICA) e a Organização das Cooperativas da América (OCA). O fortalecimento da OCB junto à sociedade civil refletiu na conquista de importantes posições no interior da sociedade política. Neste sentido, Rubem Ilgenefritz da Silva, ex-presidente da Cooperativa Regional Tríticola de Ijuí (Cotrijuí), foi nomeado para a presidente do Banco Nacional de Crédito Cooperativo (BNCC); Inácio Mmmada Neto foi indicado para a presidência da Companhia de Financiamento da Produção no MAPA; Athos Almeida Lopes foi designado para ser presidente da Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (Embrater); e Luiz Carlos Pinheiro Machado (1985) e Clayton Campanhola (1995-2001) foram nomeados presidentes executivos da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa).

Em 1990, por iniciativa de Ney Bittencourt de Araújo, foram criadas duas instâncias de interlocução entre o empresariado rural e o meio acadêmico: o Instituto Brasileiro do Agribusiness (IBA) e o Programa de Estudos dos Negócios do Sistema Agroindustrial (PENSA). O IBA, inicialmente presidido por Roberto Rodrigues, foi o principal organismo de difusão da base ideológica constituída pelo tripé: autogestão, segurança alimentar e competitividade (Pinto, 2010). O PENSA foi elaborado a partir

da influência que Ney Bittencourt Araújo teve ao frequentar os seminários, congressos e conferências organizados no Programa de Agribusiness da Universidade de Harvard, coordenado por Ray Goldberg.

A Associação Brasileia do Agronegócio (ABAG), constituída por representantes dos segmentos produtivos que compõem o agronegócio brasileiro, foi fundada em 1993, em um evento no congresso nacional, com o objetivo de unifica-los em uma mesma representação patronal. A associação criou, ao longo de duas décadas, um braço pedagógico, responsável por formar os dirigentes de seus associados, difundir seus interesses e valorizar a imagem do agronegócio no país, defendido enquanto o meio mais moderno de desenvolvimento econômico no campo, superior, portanto, ao latifúndio e às práticas produtivas de camponeses e demais trabalhadores rurais, vistas como resquícios de um passado a ser superado. Do ponto de vista do ideário ambiental, este é um discurso com apelo junto a amplos setores sociais que reproduzem o senso comum ambientalista, uma vez que o sentido de moderno posto pelo agronegócio indica ideologicamente uma associação direta com a urgência de se promover um tipo de desenvolvimento sustentável, que não é exequível, para o capital, com base em setores e formas de organização da produção classificadas por estes como "arcaicas" e de baixa capacidade tecnológica (Loureiro, 2012). Com isso, o mito da modernização ecológica, de uma sociedade sem conflitos, que aponta para a parceria, a racionalização no uso dos recursos naturais com aplicação de tecnologia limpa e de ponta (Alier, 2009), se constitui em um eixo discurso poderoso do agronegócio brasileiro.

A ABAG é um tipo novo de organização da classe dominante, difundido no país a partir dos anos 1990, no processo de reorganização do Estado (adoção do modelo de Estado gerencial) e liberalização da economia, com forte transferência das responsabilidades pelas políticas públicas e sociais para setores privados. Enquanto a forma de representação tradicional se restringia a organizar apenas um segmento da cadeia produtiva, o novo tipo de organização passou a mobilizar, organizar e representar diferentes frações do capital: agrária, comercial, industrial e financeira. Esse modelo de organização passou a desempenhar o papel de partido ou de "Príncipe Moderno" (Gramsci, 2011), no sentido de organizar e dar a direção moral e política à classe dominante no Brasil. Em discurso no lançamento da ABAG, em 1993, Ney Bitencourt destacou o papel da ABAG:

> "Pela sua visão e pela sua missão, a ABAG não é uma associação a mais. Até pela sua própria constituição, com representantes de todos os segmentos, a ABAG não pode se envolver em eventuais desacertos setoriais, nem exercer "lobbies" específicos. Ela não nasce para substituir as associações dos vários segmentos que a constituem, todas elas, estatutariamente, participantes de seu Conselho Consultivo. Sua ação vai estar concentrada no âmbito maior do sistema, no estudo e no processo de dissolver os gargalos do agribusiness. Sua ação política vai se basear, fundamentalmente, nas ferramentas da ação estruturada e na racionalidade, manejadas com espírito público e ampla participação de todos os segmentos que a constituem. Irá atuar internacionalmente junto à Associação Internacional de Agribusiness, para que o Brasil seja ouvido e manterá relações sistemáticas com associações congêneres de outros países." (ABAG, 2013, p. 15)

A capacidade de mobilização da organização de tipo novo não é o único fator que a difere do tipo tradicional de representação. A ABAG reuniu entre suas associadas indústrias a montante, indústrias a jusante, armazenadores, transportadores, distribuidores, entidades financeiras, comerciais e de serviços. Tomando como referência a diretoria e o conselho administrativo da ABAG, encontra-se entre seus principais associados os representantes de diferentes frações do capital (ABAG, 2002). O "Partido do Agronegócio" reivindica o número diverso de frações da classe dominante que representam, segundo o site oficial da ABAG, cerca de 30% do PIB, 40% das exportações, mais de 60% do fluxo de caixa interno, 40% de toda a força de trabalho do país e 70% do consumo das famílias brasileiras. A proposta da ABAG é ter o reconhecimento deste peso político, sendo sua agenda de interesses encaminhada pelas agências do estado estrito. (ABAG, 2008)Em sua criação, a ABAG se definiu como "a instituição representativa dos interesses comuns aos agentes das cadeias agronômicas, de modo que possam expressar-se de maneira harmônica e coesa nas questões que lhes são comuns. " (ABAG, 1993, p.18) Estiveram presentes no lançamento da entidade, diversas lideranças do patronato rural, parlamentares da bancada ruralista, membros do governo, além da imprensa que cobriu a cerimônia. A nova associação reivindicou para si a missão de valorizar a imagem do "agribusiness brasileiro", estratégia para superar a crise, unificando sob este mesmo conceito diversas frações do capital.

2. Os intelectuais orgânicos de alta patente

A ABAG formou, ao longo das últimas duas décadas, uma intensa atuação na área da pesquisa agropecuária, com articulação com a EMBRAPA, o Instituto PENSA,

localizado na Universidade de São Paulo (USP), o Instituto Agronegócio Responsável (ARES) e, mais recentemente, a partir do Centro de Estudos do Agronegócio (GV Agro), localizado na Fundação Getúlio Vargas (FGV-SP), além da Esalq, tradicional escola de formação do patronato paulista (Mendonça, 1999). A atuação nas políticas públicas é fundamental na produção de pesquisas para o "agronegócio". As pesquisas servem tanto como suporte técnico-científico para os associados da ABAG, quanto para divulgação dos benefícios sociais e ambientais do "agronegócio". As pesquisas são divulgadas em cursos produzidos por estes institutos, tanto em suas sedes, quanto nas sedes dos próprios associados.

A relação da ABAG com a Embrapa foi estabelecida a partir da história de inserção de seus principais quadros dirigentes no interior da empresa em um período anterior a organização da entidade do "agronegócio". A disputa pela direção política em torno da pesquisa agropecuária e, em especial, desta empresa revelou historicamente as tensões existentes no interior da fração agrária do capital no país. A fundação da Embrapa, em 1973, não representou o marco inicial da pesquisa agropecuária no Brasil. Desde a década de 1960, órgãos como o Escritório de Pesquisa e Experimentação (1967) e o Departamento Nacional de Pesquisa Agropecuária (1971), ligados diretamente ao Ministério da Agricultura, eram responsáveis pelo desenvolvimento da pesquisa. Nesta época, a tecnologia produzida por estes órgãos era fortemente hegemonizada pela Sociedade Nacional da Agricultura (SNA), sediada no Rio de Janeiro, e que, ao longo da história, desde o fim do século XIX, disputou o poder nestas agências da sociedade política, destacadamente com a Sociedade Rural Brasileira (SRB), entidade representativa da burguesia cafeeira e agroindustrial exportadora. A SNA defendia neste período o investimento em tecnologia dirigida à produção de abastecimento do mercado interno, destacadamente aquela dirigida aos pequenos agricultores, enquanto a SRB e seus intelectuais, dentre os quais muitos formados na Esalq e orgânicos à OCB, como por exemplo Ney Bittencourt Araújo e Roberto Rodrigues que presidiu a OCB, entre 1985 e 1991, e a SRB, entre 1994-1996, defendiam outra perspectiva, associada à pesquisa que subsidie a produção agroindustrial.

A disputa no interior da Embrapa entre o projeto da fração agroindustrial, pautado no fomento à exportação e à industrialização da agricultura, e outro que priorize

à diversificação agrícola esteve no centro de uma disputa que revelou tensões no interior da própria ABAG. As tensões resultantes desta disputa implicaram, em 2005, na demissão de Clayton Campanhola, diretor-presidente da empresa, pelo ministro Roberto Rodrigues. É importante destacar que ambos são intelectuais orgânicos da OCB e da ABAG. Campanhola, ex-dirigente da OCB e ABAG, foi também diretor da Fundação Centro de Estudos de Comércio Exterior (FUNCEX).

Clayton Campanhola afirmou em reportagem ao jornal Folha de São Paulo que foi surpreendido pela decisão do ministro Roberto Rodrigues de destituí-lo do cargo que ocupava há dois anos, desde o início do governo Luiz Inácio Lula da Silva. No embate entre ambos, o intelectual orgânico representante dos setores internacionalizados da ABAG prevaleceu. Após a demissão, Campanhola foi nomeado diretor da Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI), ligada ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, e, em seguida, diretor de Produção e Proteção de Plantas no Departamento de Agricultura da Agência para Alimentação e Agricultura das Nações Unidas (FAO/ONU), em Roma, na Itália. O presidente da FAO era Jose Graziano, ex-ministro de Segurança Alimentar e Combate à Fome, integrante do primeiro Conselho Administrativo da ABAG (ver anexo). No lugar de Clayton Campanhola, o ministro indicou Silvio Crestana, funcionário da Embrapa desde 1984. Ao jornal “Valor”, Campanhola negou que tenha tido desentendimentos com o ministro, mas diz que houveram "conflitos de interesses" na Embrapa. Esses conflitos, segundo ele, ocorreram porque ele passou a se preocupar com "a inclusão social dos pequenos agricultores". (http://www.valor.com.br/brasil/2868272/ex-diretor-da-abdi-vai-assumir-posto-na-fao-em-novembro, acesso em 15/05/2014) Em matéria no jornal Folha de São Paulo, Campanhola descreveu as dificuldades de realizar a composição entre ambos os projetos. Por um lado, o ex-presidente da Embrapa defendeu o interesse público da empresa: "Essa é a nossa função como empresa pública. Antes havia uma preocupação marginal com a agricultura familiar. Conseguimos mudar isso." Por outro lado e rebatendo as críticas de que isso tenha ocorrido em detrimento da grande agricultura comercial, respondeu mostrando o limite de seu real compromisso com a agricultura familiar: "Investimos menos de 5% do nosso orçamento em pesquisas de agricultura familiar. Nunca abrimos mão da pesquisa no agronegócio." (http://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi2201200519.htm, acesso em 15/05/2014).

É possível concluir que nos debates internos realizados no "Partido do Agronegócio", nem 5% para agricultura familiar seria admitida.

A demissão de Campanhola foi resultado de divergências com o ministro, pois enquanto o ex-presidente da Embrapa se posicionou contrário a entrada dos transgênicos no país, Rodrigues sempre se caracterizou pela ferrenha defesa do agronegócio como propulsor da economia brasileira e em relação aos interesses das empresas Monsanto e John Deere, associadas da ABAG. Esta defesa, a partir, sobretudo, dos anos 1990, teve grande apoio do meio acadêmico, destacadamente, materializada no Programa de Estudos dos Negócios do Sistema do Agronegócio (PENSA).

O PENSA, segundo Pinto (2010), enquanto aparelho privado de hegemonia conseguiu unificar, embasar e fortalecer o discurso das frações agroindustriais que criariam a ABAG "visando reforçar e ampliar seu espaço político de atuação e sua legitimidade também junto às agências da sociedade política." (Ibidem, p. 16). A criação do Programa de Estudo e Negócios do Sistema Agroindustrial (PENSA) foi resultado da parceria entre um grupo de intelectuais (a maioria engenheiros agrônomos[1]) formados na Esalq, o Instituto Brasileiro do Agribusiness (IBA), presidido pelo próprio Roberto Rodrigues, a OCB e professores da Faculdade de Economia e Administração (FEA-USP). O PENSA possui um histórico de vinte anos de trabalhos no auge de sua capacidade de formulação, formação e divulgação de pesquisas científicas de interesse do agronegócio, em relação estreita com a ABAG, possuindo diretores em comum.

O PENSA, desde sua criação, esteve situado fisicamente no interior da FEA-USP e recebeu verbas de empresas privadas e organizações do agronegócio brasileiro. O financiamento de suas pesquisas, cursos e edições é realizado por meio de um conjunto de fundações que atuam no interior da USP: Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE), Fundação para a Pesquisa e Desenvolvimento da Administração, Economia e Contabilidade (FUNDACE) e, destacadamente, a Fundação Instituto de Administração (FIA). Estas fundações são fundamentais para as parcerias público-

[1] Ver apêndice desta Tese sobre a formação dos diretores da ABAG.

privadas entre o programa, situado em uma instituição pública, e o financiamento de empresas de direito privado e entidades do agribusiness, brasileiras e estrangeiras.

O programa se dedicou desde a origem tanto a programas regulares de ensino, quanto à formação continuada, com destaque para os cursos dirigidos às empresas associadas, incluindo várias associações e cooperativas organizadas na ABAG, como a Cooperativa Agropecuária Holambro, Cooperativa Batavo, Frunorte, Dinamilho, Associação dos Viticultores de São Miguel Arcanjo (AVITI) e Cooperativa Central Agropecuária (SUDCOOP). O programa se especializou em pesquisas organizadas por professores com a participação de alunos e intelectuais das empresas interessadas através de estudos de caso. Os projetos desenvolvidos pelo PENSA, segundo Zylberstajn[2], visam se dedicar a "[...] situações-problema enfrentados por empresas reais e que são ilustrativos do momento por que passa o agribusiness brasileiro e internacional." (ZYLBERSTAJN, 1993, p.23)

A atividade do PENSA não pode ser percebida apenas como uma mera instrumentalização de frações agrárias que passaram a ter assistência na inovação tecnológica. A produção dos intelectuais associados ao PENSA ou formado por este instituto foram responsáveis por organizar e uniformizar o discurso do agronegócio brasileiro. Isto foi fundamental para a conjuntura de criação da ABAG. Além das pesquisas e cursos, o programa editou ao longo dos anos diversos trabalhos acadêmicos que visam produzir este discurso. Além de Décio Zylbersztajn, o programa publicou livros organizados por Elizabeth Farias, economista, professora da FEA/USP e presidente do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE); Ney Bittencourt de Araújo, organizador de diversos trabalhos; Luiz Antônio Pinazza, gerente da Área de Estudos de Economia e Planejamento da "Semente Agroceres S.A."; e Ivan Wedekin, diretor comercial da "Semente Agroceres" (Pinto, 2010).

O pensamento pedagógico produzido pela ABAG, a partir de seus aparelhos privados de hegemonia, se baseava no binômio: competitividade internacional e segurança alimentar. A competitividade seria garantida pela inserção definitiva do agronegócio brasileiro no mercado mundial. Para organizar esta estratégia, a ABAG criou o Instituto de Estudos do Comércio e Negociações Internacionais (ICONE). A

[2] Décio Zylbersztajn é engenheiro agrônomo, professor titular do departamento de administração da Faculdade de Economia e Administração (FEA-USP), coordenador-geral e um dos fundadores do PENSA.

segurança alimentar foi o tema que difundido internacionalmente, pelos intelectuais coletivos do capital (Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional, UNESCO), e nacionalmente pela ABAG. Para organizar a difusão da "responsabilidade social" e o "compromisso do agronegócio com a "sustentabilidade", termos retirados do próprio site do mais novo aparelho de hegemonia da ABAG, foi criado, em 2008, o instituto para o Agronegócio Responsável (ARES).

O investimento no agronegócio é divulgado pelo ARES como a ferramenta fundamental para a inserção do Brasil no mercado internacional e estratégia para solução dos problemas sociais do país. Isto seria possível através do conceito de "Segurança Alimentar" que garantiria o aumento do consumo interno, melhoria na produtividade e, consequentemente, maior competitividade do país na globalização do mercado internacional. Segundo Meire Freire, superintendente do ARES, e Roberto Waak, presidente do Conselho Consultivo do instituto, o processo de criação do ARES esteve associado à mobilização das frações empresariais do ramo da Soja para ações no campo da sustentabilidade. (Lacerda, 2012) Nesta conjuntura, a Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais (ABIOVE), através de seu intelectual orgânico Carlo Lovatelli, organizou uma série de seminários com o tema sustentabilidade no agronegócio, justificada principalmente pelas exigências sanitárias, cada vez maior, à exportação dos produtos agrários e agropecuários na atualidade. A partir destes encontros surgiu a iniciativa de criação do ARES.

Desde 2001, na região conhecida como "Capital do Agronegócio" foi organizada uma entidade "co-irmã" com o objetivo de difundir a nova imagem do empresariado brasileiro produzida pela ABAG e seus aparelhos privados de hegemonia. Diferente de outras entidades representativas da classe dominante, a ABAG não constituiu um departamento ou uma secretaria para um setor educacional. A iniciativa do "Partido do Agronegócio" foi criar uma entidade co-irmã com o único intuito de reproduzir a imagem do agronegócio formulada a partir da relação da ABAG com o meio acadêmico. Em Ribeirão Preto, a entidade co-irmã vem assegurando a difusão desta imagem, através de inúmeras atividades, dentre as quais se destaca o Programa Educacional Agronegócio na Escola, responsável por "valorizar o agronegócio na regão" (ABAG RP, http://www.abagrp.org.br/atividadesAgronegocioEscola.php, acesso em 10/01/2014)

3. Os intelectuais de baixa patente

> *"ABAG 1: Este programa é a menina dos olhos de ouro dos nossos associados. Então, a gente tem que ter tudo bem controladinho, com todos os dados."*

A declaração proferida pela diretora executiva da ABAG-RP a respeito do Programa Educacional Agronegócio na Escola apenas confirmou aquilo que a pesquisa suspeitava: esta é uma ação fundamental na sociabilidade do patronato rural na capital do agronegócio. A necessidade de ter "tudo bem controladinho" obriga que as responsáveis pelo programa mantenham uma memória de cada edição do programa. Esta memória é composta por diferentes tipos de fontes: número de participantes, número de visitas, todos os projetos inscritos no Prêmio Professor, as redações, frases e desenhos inscritos nos concursos voltados para os alunos das escolas participantes do programa.

Em nenhum momento as dificuldades encontradas no diálogo com as Secretarias de Educação dos municípios se apresentou no contato com a ABAG. Em nenhum momento a associação, através das suas representantes, colocou qualquer entrave a pesquisa. Pelo contrário, os contatos realizados foram muito proveitosos e foi oferecido à pesquisa algumas fontes, algumas que já haviam sido acessadas por outros meios, como o próprio endereço eletrônico da ABAG, e outras que não estavam disponíveis para o público, como o relatório de atividades 2012.

O programa que já existe há quatorze anos sofreu ao longo da sua história alterações que visaram melhorar a ação pedagógica da associação no sentido proposto de melhorar a imagem o agronegócio e adaptar a proposta diante das dificuldades impostas. A assimilação da comunidade é realizada por meio de visitas aos associados da ABAG e concursos que premiam alunos e professores. No entanto, como foi possível identificar pelas fontes, as mesmas condições que facilitam a entrada da associação nas escolas, são as mesmas que limitam a plena realização dos objetivos do programa.

Nos mais de quatorze anos de história do programa, mais de 150 mil alunos foram educados pelo agronegócio. Um dos objetivos do Programa Educacional Agronegócio nas escolas, expostos no site oficial da ABAG, é unir as oportunidades dos alunos, os interesses de divulgação das empresas, associadas da ABAG na região,

visitadas pelo projeto, e a preservação ambiental. A investigação documental sobre o programa identificou que o objetivo de valorizar a imagem do "agronegócio" brasileiro através da escola pública vem atingindo seus resultados. A assimilação dos profissionais da educação e a "conscientização" das crianças vêm ocorrendo por meio da formação continuada dos professores e de uma política de concursos e premiação. A estratégia de inserir nas escolas um projeto de educação do "agronegócio" visa "promover a valorização da imagem do agronegócio", segundo o próprio site da ABAG. O programa objetiva educar milhares de jovens, filhos de trabalhadores, apresentando o ideário da "responsabilidade social e ambiental" do "agronegócio" em uma região marcada pelo conflito sócio-ambiental. Em seu site oficial[3], a ABAG justifica o investimento no Programa Educacional Agronegócio na Escola, pois entende que "um dos instrumentos mais eficazes para promover a valorização da imagem do Agronegócio é a educação." A valorização da imagem do "agronegócio" deve ser feita pelo programa, através da ampliação da "consciência dos estudantes sobre as atividades agroindustriais da região". A opção pela escola é justificada pela diretora executiva da ABAG-RP se deve a necessidade de educar o adolescente "antes dela estar formada":

> "**ABAG 1**: "Quando a pessoa já está com uma idade na fase adulta já está com a sua opinião mais formada. Então, a ideia é trabalhar o adolescente, o pré-adolescente, ou o que seja, pra ele poder formar sua opinião sobre o setor antes dela estar formada. Então, é mostrar pra este aluno a região em que ele está inserido, mostrar pra ele a importância do agronegócio, pra ele conhecer as empresas associadas e trabalhar e discutir um pouco este tema em sala de aula."

A estratégia de inserir nas escolas um programa de educação ambiental do "agronegócio" visa "promover a valorização da imagem do agronegócio", segundo o próprio site da ABAG. O programa objetiva educar jovens, filhos de trabalhadores, apresentando o ideário da responsabilidade social e ambiental do agronegócio, enquanto caminho moderno e viável para a sustentabilidade, em uma região marcada pelo conflito social e ambiental. Em seu site oficial, a ABAG justifica o investimento no programa Agronegócio na escola, pois entende que "um dos instrumentos mais eficazes para promover a valorização da imagem do Agronegócio é a educação." A valorização da imagem do Agronegócio deve ser feita pelo programa, através da ampliação da "consciência dos estudantes sobre as atividades agroindustriais da região".

[3] Ver em http://www.abagrp.org.br/programaAgronegocioObjetivos.php

A ABAG, através da entrevista com a diretora executiva em Ribeirão Preto, "garante que entende o seguinte: cada um trabalha a sua maneira e nós fornecemos este material de apoio". A ABAG, segundo a coordenadora do programa, "não entra em sala de aula". De fato, nenhum dos professores entrevistados identificou que qualquer profissional da associação tenha entrado no interior da sala de aula. Este é um dos elementos centrais no processo de cooptação dos professores. O Programa Educacional Agronegócio na Escola, diferente da maioria dos projetos empresariais que se inserem atualmente nas escolas públicas, não impõe um único formato de projeto a ser desenvolvido. Isto restringiria muito as possibilidades de ação do programa. O programa da forma como é executado garante aos professores uma autonomia limitada que permite que estes executem a proposta de divulgação da ABAG sem se sentirem funcionários do agronegócio. Como disse uma professora em Dourado: "Eu não sou funcionária da ABAG", mas seu projeto irá divulgar a mensagem da associação, através de blog e um jornal com tiragem de mil exemplares em uma cidade com cinco mil pessoas.

A autonomia ilusória que o programa da ABAG permite aos professores oferece a associação o acesso a toda produção criativa das instituições escolares. Sem engessar o trabalho docente em um único formato, a associação expropria o conhecimento produzido nas escolas públicas com um gasto relativamente reduzido. Segundo as coordenadoras da ABAG, o programa educacional custa a associação "cerca de cem mil reais por ano". Este valor é bastante alto, quando pensamos nos parcos recursos existentes no interior da escola pública, mas é muito pouco ao lado dos números apresentados pelo programa que já chegou a mobilizar mil e oitocentos professores.

O programa chega às redes de ensino a partir de um contato realizado pela associação junto às secretarias de educação. Este contato é feito por e-mail, em que é enviado aos secretários um convite para participarem das atividades de encerramento. Após assistirem a culminância, é apresentado aos secretários um termo de acordo para participação na edição do ano posterior. Caso a prefeitura assine o termo, os regulamentos e cronogramas são enviados as secretarias que são responsáveis por definirem as escolas participantes. Nem todas as cidades da macrorregião de Ribeirão Preto oferecem a educação pública nos níveis e anos de ensino com que trabalha a ABAG através do programa. Por isto, segundo as representantes da ABAG-RP, nem

todos os municípios participam do programa. Ao longo da pesquisa, foram identificadas diferentes iniciativas que resistem ao objetivo da associação em valorizar a imagem do agronegócio através das escolas públicas.

A assimilação de professores e alunos é estimulada por uma política de premiações que se iniciam com os alunos, a partir do concurso de redação e depois com os concursos de frase e desenho. Os professores podem inscrever projetos para desenvolver nas escolas, a partir de temas definidos pela ABAG. O projeto é formulado pelo professor, apresentado pela ABAG e vale pontos no Prêmio Professor que avalia no início de novembro o desempenho dos docentes no programa. Os professores são de disciplinas variadas, não tendo sido identificada uma disciplina que prevaleça sobre as demais.

O programa educacional da ABAG entra nas escolas tendo como elementos facilitadores da entrada a precarização do trabalho docente. No entanto, a pesquisa já conseguiu avaliar que as mesmas condições que oferecem ao capital as facilidades de inserção no espaço escolar, são os limites da realização desta inserção. Os resultados da edição 2012, sobretudo em que se refere ao Prêmio Professor, revelaram que entre os setenta e quatro professores inscritos, somente dez professores entregaram o projeto final em setembro. Este resultado revelou para a pesquisa os limites do próprio programa.

A ABAG, em seu objetivo de valorizar a imagem do agronegócio através do Programa Educacional Agronegócio na Escola vem sendo, até então, bem sucedida. No entanto, a precarização que recai sob o trabalho docente e facilita a entrada do programa privado no interior da instituição pública de ensino, é a mesma que impõe os limites para a realização da própria ABAG. Os índices de adesão dos professores ao "Prêmio Professor" não expressam uma resistência assumida por estes profissionais. Ao contrário, todos os professores entrevistados que participaram do programa, mas não apresentaram projetos à premiação, demonstraram nas entrevistas grande adesão à iniciativa da ABAG.

No encerramento do programa da edição 2013, todos estes professores estiveram presentes, mesmo sem concorrerem às premiações, e, em conversas informais, aparentaram estar muito orgulhosos em participar daquela atividade, entendendo-a como uma culminância do trabalho pedagógico realizado durante o ano. Todos

acompanhavam seus alunos, ainda mais orgulhosos, que apresentaram maquetes, vassouras, sabão, entre outros trabalhos realizados com materiais recicláveis. Destacaram-se ainda a exposição das fotos e um breve histórico das principais "personalidades do agronegócio", produzido pelo projeto de uma das escolas participantes, e as apresentações culturais dos alunos. Enquanto as "personalidades" eram anunciadas como os heróis do campo, os estudantes encenaram danças e canções "country", com músicas em inglês, numa performance que reflete a ideologia do agronegócio que relaciona modernização à sustentabilidade, além de expressar a própria composição dos associados, muitos deles estrangeiros, da ABAG. A ausência de uma maior participação dos professores na etapa do "Prêmio professor" não decorre da resistência destes.

Em relação as resistências ao programa a resposta dos professores diferem quanto ao otimismo. Enquanto o Secretário da Aproferp identificou que ainda existe naquela realidade um atraso em relação aos debates críticos com a categoria dos profissionais de educação, o outro professor destacou que esta resistência já existe nas escolas, sendo na atualidade driblada pela existência de uma massa de professores com contrato temporário de trabalho.

> ***Rodrigo:*** "O programa vem sofrendo algum tipo de resistência para cumprir seus objetivos na escola?"
>
> **Professor:** "Sim. Como expliquei acima, os professores de História e Geografia se negam a trabalhar o projeto. Atualmente, até mesmo professores de outras áreas vêm se posicionando contra o projeto. A solução encontrada por muitos coordenadores e diretores de escolas é passar o projeto para professores emergenciais que temendo represálias como avaliação negativa por parte dos gestores e possível interrompimento do contrato. No entanto, essa é uma ameaça velada ou mesmo fictícia, posto que não existe nenhum caso em que o professor tenha sido advertido por se negar a trabalhar qualquer projeto externo na escola. Não que eu saiba. "
>
> **Secretário Geral da Aproferp:** "Penso que não, pois os professores não foram convencidos do contrário. Nunca houve qualquer discussão sobre isso e, assim sendo, nunca se debateu o programa. Há algum desconforto entre os professores, mas é apenas um desconforto. "

A despeito das diferenças de avaliação dos dois últimos professores entrevistados é importante considerar que a mobilização que desencadeou a criação da Aproferp renova as expectativas quanto as possibilidades de produzir uma nova hegemonia junto aos profissionais da educação. Embora a associação esteja circunscrita

à cidade de Ribeirão Preto e, portanto, não organize os professores das cidades vizinhas, a existência de um tipo de organização autônoma que consiga dirigir às lutas já trouxe novas condições na correlação de forças no interior do Estado ampliado. A greve, organizada em 2014, foi mobilizada a partir de uma série de paralisações com atos públicos nas ruas, na SME-RP e na câmara de vereadores. O saldo político deste movimento ainda carece de tempo para ser avaliado.

CONCLUSÃO

"Nada deve parecer natural. Nada deve parecer impossível de mudar."
(Bertolt Brecht)

A história da ABAG foi forjada na trajetória de frações do capital associadas, desde a década de 1970, a partir da OCB, e, mesmo anteriormente, através da centenária SRB. O papel exercido pelo "partido do agronegócio", nos últimos vinte anos, foi possível a partir do amadurecimento da atuação política destas frações que assumiram um projeto de atuação unitária, reunindo não apenas os setores historicamente vinculados a burguesia cafeeira e agroindustrial, reunidas na SRB, mas toda uma gama de cooperativas surgidas, desde a década de 1960, e organizadas através entidade nacional das cooperativas brasileiras. Esta unidade foi fundamental para a garantir a direção política da pesquisa agropecuária no país, sendo a vitória sobre as disputas no interior da Embrapa garantida a partir da atuação dos intelectuais orgânicos destas frações.

A formação da ABAG materializou a unidade política entre as principais frações do capital, incluindo aquelas predominantemente urbanas, como é o caso das frações industriais, comerciais e financeiras. A unidade política e a transformação da imagem do empresariado rural se materializaram na formação de uma organização de novo tipo. Através desta organização, a burguesia agroindustrial de São Paulo passou a organizar a formação de intelectuais que através do meio acadêmico, a produção de periódicos, artigos e livros, além difundir uma imagem de agronegócio sustentável, através de projetos como aqueles produzidos pelos professores no Programa Educacional Agronegócio na Escola. Estas ações visaram ora formar os dirigentes e quadros

intermediários dos associados da ABAG, ora difundir a nova imagem do agronegócio brasileiro.

Bibliografia

BRUNO, R. **Senhores da terra, senhores da guerra: nova face política das elites agroindustriais no Brasil**. Rio de janeiro: Forense Universitária, 1997.

GRAMSCI, A. **Cadernos do Cárcere.** Vol. 2. Os intelectuais, O princípio educativo. Jornalismo. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira, 2000.

LAMOSA, R. **Estado, Classe Social e Educação no Brasil: uma análise crítica da hegemonia do agronegócio.** Tese de doutorado defendida no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2014.

MENDONÇA, S. R. **O patronato rural no Brasil recente (1964-1993).** Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2010.